

# “Não há pressa para negociar”

por Cláudia Safatle  
de Brasília

A estratégia de negociação da dívida externa brasileira — centrada fundamentalmente na redução do estoque da dívida — ainda não está fechada. Existem, porém, alguns indicadores importantes que estão orientando o trabalho da comissão técnica, sob coordenação do embaixador extraordinário para a negociação da dívida, Jório Dauster Magalhães e Silva. “Não há pressa para iniciarmos a negociação com os bancos credores do País, pelo menos de nossa parte, já que herdamos uma moratória do governo passado e não pretendemos fazer nenhum tipo de pagamento simbólico (‘tokenpayment’)”, explicou a este jornal um influente assessor do governo nessa área.

Uma série de pontos, no entanto, está sendo alinhavada e merecerá estudos detalhados sobre como poderão ser encaminhados nessa fase do acordo externo. Alguns deles são:

- O comitê de bancos — Na ótica oficial, o comitê assessor de bancos constitui-se um bem articulado “cartel” dos credores internacionais e deve ser desmontado. Na última negociação feita pela Venezuela houve um ensaio na busca de novos canais, com a instituição de sub-comitês dentro do comitê assessor. Assim, pequenos bancos credores, que desejassem livrar-se dos títulos da dívida, procuravam interlocutores diferentes dos que interessariam aos grandes bancos, com elevado “exposure” naquele país. Essa tendência deverá ser aprofundada pelo negociador brasileiro, que terá, em breve, em mãos um mapeamento das centenas de bancos credores e de seus interesses específicos. Para isso, será necessário também rever cláusulas do acordo externo que determinavam a extensão de qualquer decisão para todos os bancos envolvidos, cerca de seiscentas instituições financeiras internacionais.

## LIMITES

### DE PAGAMENTOS

- Limites de pagamento — O plano de estabilização econômica, impôs, mais do que nunca, um limite para os pagamentos externos, na medida que freou dois instrumentos de gastos do governo: a emissão de títulos da dívida pública e a emissão de papel-moeda. Com esses dois mecanismos o governo comprava os dólares dos exportadores e honrava seus compromissos externos. Agora, sustentou a fonte, o teto para a remessa de recursos para o exterior está dado

pelo superávit fiscal das contas públicas. O número indicativo para as transferências de recursos para o exterior continua sendo os US\$ 5 bilhões que foram fixados na proposta de campanha do então candidato à Presidência da República, Fernando Collor de Mello. Mas o limite efetivo será dado pela capacidade de produção de superávit fiscal. Por essa razão, as contas do setor público estão sendo recalculadas, assim como as necessidades do balanço de pagamento, para que haja um equilíbrio entre as duas contabilidades e se chegue a cifras que possam ser cumpridas à risca.

- O mercado secundário — O fato de os títulos da dívida externa brasileira estarem sendo negociados por 20 a 30% do valor de face, isso não significa que o negociador brasileiro se sentará à mesa de negociação estabelecendo a cotação do mercado secundário como princípio. “O mercado secundário é o balcão dos aflitos e se assim não for, ele desaparecerá.” A dívida externa com os bancos privados totaliza algo como US\$ 66 bilhões. O desconto do mercado secundário servirá como instrumento de “raciocínio” para a elaboração da proposta brasileira, mas não como fator determinante da negociação externa.

- Linhas de curto prazo — A idéia, ainda preliminar, é separar as linhas comercial e interbancária, de curto prazo, da negocia-

ção do estoque da dívida externa. Com a implementação de uma política de câmbio flutuante, associada à abertura comercial do País ao exterior, a tendência é de que a linha comercial receba um novo impulso, além de ser uma operação bastante rentável aos bancos internacionais. Já uma decisão sobre o interbancário dependerá de uma análise cautelosa sobre a situação dos bancos brasileiros no exterior.

## RESULTADOS

### NO MÉXICO

Enquanto desenha as novas sugestões que deverão ser levadas aos credores internacionais, a equipe técnica brasileira está buscando detalhes sobre os resultados práticos obtidos nas últimas negociações realizadas pelo México e pela Venezuela, após a criação do Plano Brady, que preconizou a redução do estoque da dívida dos países em desenvolvimento como saída para a questão externa. Uma missão de três técnicos brasileiros seguiu na semana passada para o México com essa tarefa: trazer detalhes e explicar exatamente se, após oito meses de preparação do acordo externo, houve uma redução substantiva ou apenas marginal no estoque da dívida daquele país. “Se a redução foi apenas residual, isso servirá de importante argumento junto à comunidade financeira internacional”, disse a fonte a este jornal.

A viagem que a ministra da Economia, Zélia Cardo-

so de Mello, iniciará amanhã, sexta-feira, a Washington — onde participará da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional e comitê de desenvolvimento do Banco Mundial — ainda não será uma viagem de negociação. Em Washington a ministra manterá contatos com autoridades governamentais dos países desenvolvidos e com a direção do FMI e BIRD, para traçar a eles as diretrizes básicas da negociação brasileira.

Segundo informou o coordenador de comunicação do Ministério da Economia, Marcos Caramuru, o almoço previsto para o dia 9 com a Câmara de Comércio e o discurso da ministra para a ocasião foram cancelados e a equipe retorna ao Brasil na terça-feira.

Nessa viagem, que durará até a próxima terça-feira, a ministra será acompanhada do embaixador Jório Dauster, do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e do responsável no ministério pelas negociações com organismos multilaterais de crédito (BIRD/BID), Clodoaldo Huguene. Para quase todos, exceto Huguene, será o primeiro contato com a comunidade financeira internacional, em que se aproveitará para conhecer pessoalmente os principais interlocutores oficiais e privados, que comandam a negociação das dívidas dos países em desenvolvimento. Será, portanto, uma visita de reconhecimento do terreno e de sondagens.

A rigor, o governo brasileiro ainda não preparou a agenda da negociação nem com os bancos nem com o FMI. A missão técnica do Fundo Monetário somente será convidada a vir ao Brasil para iniciar o acerto em torno do acordo “stand-by” depois que a equipe econômica estiver com todos os dados detalhados e checados sobre a contabilidade nacional.

Pelo menos duas mudanças no encaminhamento da negociação externa são consideradas positivas pela equipe que trabalha sob a coordenação do embaixador Jório Dauster. Primeiro, a nomeação de um embaixador para comandar toda a negociação com os bancos privados e com o FMI. Ele será o interlocutor único dos credores internacionais, tendo como retaguarda uma comissão que trabalhará somente nesse assunto. O segundo trunfo refere-se ao fato de o plano de estabilização interna já ter sido implementado e estar na fase de produção de resultados. Mesmo assim, a expectativa não é de uma “conversa fácil”. E não se tem como um dado certo se será possível encerrar a negociação neste ano, em todas as suas fases (fechar um acordo e colher adesões para assinatura final). O ideal, e isso será perseguido, é chegar a um acordo externo que remova, de vez, o estrangulamento da dívida como fator impeditivo ao crescimento econômico interno.

VRF — O Valor de Referência de Financiamento (VRF) para o mês de maio é o mesmo de abril: Cr\$ 548,40. O Banco Central comunicou ontem aos bancos que este indicador, que serve para determinar o valor dos financiamentos habitacionais, não sofreu variação em relação ao mês passado. O VRF, utilizado para o cálculo de financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, tem sua variação equivalente ao índice de atualização das cadernetas de poupança.